

DIA DO ADVOGADO

PROFISSIONAL a serviço do povo



A área em que eles atuam, o Direito, é responsável por regular as relações entre os indivíduos na sociedade. Eles têm como atividade representar e defender os interesses de pessoas físicas e jurídicas quando algo não funciona dentro das regras estabelecidas pela legislação vigente. Neste caderno especial, a **Folha de Pernambuco** traça o longo caminho enfrentado pelo bacharel em Direito que resolveu seguir a área da advocacia - desde a escolha da área de atuação até a polêmica em torno da prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que credencia o diplomado a advogar - e também apresenta novos recursos digitais para facilitar a atividade. Hoje, 11 de agosto, quando se comemora o Dia do Advogado, profissionais, estudantes da área e a população em geral conhecerão desde as áreas mais populares do Direito até as mais recentes tendências criadas a partir da evolução natural da sociedade. Numa entrevista com o presidente da OAB-PE, a população saberá que a instituição pode, sim, orientá-la a buscar o cumprimento de leis. As reportagens também traçam um perfil dos órgãos responsáveis por defender os interesses da sociedade e de que forma eles podem ajudá-lo a garantir seus direitos, além de esclarecer as recentes mudanças no Código de Processo Penal.

Direito nada tradicional

O curso de Direito é um dos mais tradicionais - e disputados - do País. Além dos ramos mais conhecidos, como Civil, Penal e Trabalhista, a área tem acompanhado as novas demandas surgidas através das relações entre pessoas físicas e jurídicas e do próprio curso da humanidade. Com as mudanças, novas legislações precisam ser feitas, de forma a reajustar estes novos relacionamentos, ampliando o mercado de trabalho para quem pretende ser advogado.

Segundo a diretora do curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Luciana Grassano, quando os alunos concluem a graduação, os que não

se dedicam aos concursos públicos acabam ingressando nas áreas tradicionais da advocacia. No entanto, dependendo da necessidade do mercado, muitos voltam para a universidade em busca de especializações. "Nos programas de pós-graduação, registramos um crescimento na procura de pesquisadores jurídicos para mestrado e doutorado, nos ramos menos tradicionais do Direito", afirma Grassano.

É o caso, por exemplo, das pesquisas que envolvem o uso de células-tronco, a legalização da união homoafetiva, o surgimento de novas tecnologias, entre outros, que o leitor pode conferir abaixo.

São inúmeras as aplicabilidades, mas as demandas na ordem judicial ainda não chegam a representar a abrangência que tem. "Em momentos de transição de valores em uma sociedade, por vezes necessitamos de um 'selo' para as reivindicações de direitos de igualdade de tratamento e proteções jurídicas. Os tempos transitórios são importantes para a incorporação de novos valores e favorece a luta de oprimidos, mas o direito é um só. Futuramente é preciso estar atento, na medida em que a própria sociedade aprende a tratar o assunto com a naturalidade que deve ser tratado", explica a presidente da Comissão de Apoio à Diversidade Sexual e Combate à Homofobia da OAB-PE, Maria Rita Holanda. Segundo ela, o Direito Homoafetivo abrange, atualmente, uma discussão na esfera penal, bem como na esfera civil das relações familiares e na esfera previdenciária.

Direito do Petróleo

Segundo o vice-presidente da recém-implantada Comissão de Direito Marítimo, Portuário e do Petróleo (CMPP) da OAB-PE, Marconi Costa, "a indústria do petróleo precisa de normas para regular as transações, que envolvem empresas de vários setores, organismos nacionais e internacionais, além de estados produtores e não-produtores", cita. Este direito se aplica às questões de natureza ambiental, tributária, corporativa, societária, contratual, trabalhista, aduaneira, logística portuária e regulatória, além das disputas da titularidade dominial das reservas em ambientes geológicos. "Recentemente, pudemos assistir à discussão das questões relacionadas às reservas do pré-sal", exemplifica Costa.

Direito da Internet

Um dos novos ramos do Direito que tem atraído muitos profissionais graças à sua abrangência. "É uma área que envolve vários problemas, possui diversas aplicações e pode interessar a qualquer pessoa que usa a internet, como clones de perfis das redes sociais e recebimento de vírus através de e-mails", explica o presidente da Comissão de Informática da OAB-PE, Frederico Duarte. Além dos conhecimentos jurídicos específicos, como Direito Civil e Constitucional, esta área exige entendimento de direito privado, propriedade intelectual, comércio eletrônico, documentos eletrônicos, entre outros. "Também é preciso ter conhecimento básico de licenças de software livre, direitos autorais, intercâmbio de ações entre países, direito internacional, proteção dos bancos de dados na internet", afirma Duarte.

Direito Ambiental

Busca compatibilizar o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente. "Ele não é intocável, mas sua exploração deve ser planejada e racionalizada", explica o presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB-PE, Antônio Beltrão. Apesar do crescente interesse sobre o tema e pela sua urgência, o Direito Ambiental ainda não é um ramo muito procurado pelos jovens advogados e o mercado de trabalho ainda é bastante restrito. Este ramo não compreende apenas a proteção do ambiente natural, mas também o artificial - como as cidades e o meio urbano - e o cultural. A população pode se valer da legislação ambiental tanto recorrendo aos entes públicos competentes, como também acionando a Justiça por meio de ações coletivas, ajuizadas individualmente ou por associações.

Direito da Bioética

A evolução da área de saúde trouxe consigo consequências jurídicas. E o Direito da Bioética busca uma linguagem comum entre o Direito e as ciências da saúde. "Essencialmente, a bioética lida com dilemas, como o debate a respeito dos limites para pesquisas e experimentações com animais e com seres humanos, a utilização de embriões excedentários em pesquisas com células-tronco, clonagem, escolhas entre atitudes que possam beneficiar um paciente, limites éticos na atividade médica, formas de utilização e manipulação de dados genéticos, seleção embrionária, etc. As possibilidades de intervenção e aplicação dos princípios da bioética tendem ao infinito", afirma o vice-presidente da Comissão de Bioética e da Comissão de Saúde da OAB-PE, Eduardo Dantas. Apesar da extensão da demanda, esta área ainda não tem sido explorada como deveria entre os profissionais da advocacia.

Direito Imobiliário

Ainda não é uma disciplina obrigatória nas universidades, embora a grade curricular de algumas graduações já a ofereça de forma eletiva. Em contrapartida, os grandes escritórios já possuem um setor específico, com profissionais especializados para tratar apenas dos negócios imobiliários de pessoas físicas e jurídicas. A tendência é que esta demanda só aumente, graças às novas necessidades deste tipo de transação. "Com o mercado imobiliário aquecido, as oportunidades para os profissionais de advocacia têm crescido muito", afirma a advogada especialista em Direito Imobiliário, Emília Belo. As estruturas jurídicas que dão respaldo aos negócios imobiliários estão cada vez mais complexas, o que justifica a necessidade crescente de profissionais que se dedicam com exclusividade a este ramo. Entre as principais demandas, a advogada cita os contratos de locação, compra, venda, permuta, reintegração de posse, usucapião, além da relação diária com os cartórios e os órgãos públicos.

BIOÉTICA

lida com dilemas, como o debate a respeito da utilização de embriões excedentários em pesquisas com células-tronco



Dentre as já conhecidas, consumo e trabalho são as mais procuradas

São diversos os ramos do Direito. Há registros da busca por amparo legais desde muitos anos antes de Cristo. Quem nunca ouviu falar no Código de Hamurabi? Por mais que o "olho por olho, dente por dente" pareça cruel nos dias de hoje, era a regulamentação das leis da época. O Direito seguido hoje no Brasil possui suas raízes em Roma. E, à medida que a sociedade foi se tornando mais complexa, mais objetos de estudo foram sendo adotados pelo Judiciário. Existem alguns que são mais procurados pela população. Relativamente novos, se for levada em consideração toda essa trajetória, eles externam quais os maiores entraves sociais da atualidade.

Direito do Consumidor

É bem jovem no Brasil, com pouco mais de 20 anos, uma vez que a lei 8.078, que dispõe sobre a proteção do consumidor, data de 11 de setembro de 1990. E, durante esse percurso, alterou completamente o nível dos produtos e dos serviços oferecidos. "Após a legislação, houve uma melhoria na qualidade de atendimento ao consumidor. Assim como este, consciente dos seus direitos, passou a ser mais exigente", analisa o advogado Carlos Harten. Os problemas mais recorrentes envolvem bancos e grandes empresas. Uma das maiores queixas dos consumidores é em relação à falta de informação quando vão adquirir um produto ou serviço e não obtêm conhecimentos mais detalhados na hora da compra. Outra dificuldade é sobre produtos defeituosos e serviços mal-executados.

Direito da Família

Se os ramos jurídicos evoluíram junto com a sociedade, o que mais teve que revisar conceitos foi o Direito da Família, já que a área trata da base de todos os cidadãos: a convivência familiar. Não assegura a mente em casos de separação. O Direito da Família é válido, e passa a atuar, a partir da união entre duas pessoas. Não é preciso contrato ou documento formal. "O próprio relacionamento já valida o papel do Direito da Família. É a chamada união estável. Basta duas pessoas morarem juntas para a relação ser reconhecida juridicamente", afirma o advogado Ary Santa Cruz. As pessoas recorrem ao Direito da Família geralmente para resolver questões a respeito de pensão alimentícia, guarda de filhos, divisão de patrimônio entre casais separados e partilha de inventário.

Direito Previdenciário

A maioria das pessoas acredita que só vai precisar do Direito Previdenciário quando chegar o momento da aposentadoria. Mas o ramo ampara a situação financeira - de segurados e dependentes - em casos como os de maternidade, doença, acidente, invalidez e até mesmo de morte. Para ser beneficiário dessas garantias é preciso contribuir com a Previdência Social, através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ali, este é o maior alvo de processos na área. "Os cidadãos utilizam o Direito Previdenciário para contestar ações do INSS, que atualmente é o órgão com maior número de ações na Justiça brasileira", afirma o advogado Antônio Almir Reis. As questões que mais levam os cidadãos a procurarem a Justiça no ramo são conflito entre doença e incapacidade, o não-reconhecimento da insalubridade e pensão por morte.

Direito Trabalhista

Segundo o advogado Marcos Alencar, esta área do Direito atualmente é composta por um conjunto de normas jurídicas que regem as relações entre capital e trabalho. "É um equívoco pensar que apenas os empregados que possuem a carteira profissional assinada são abrangidos por este ramo. Onde existir a relação capital e trabalho estará presente o Direito do Trabalho". As maiores procuras pela assistência jurídica nesta área vêm da relação de emprego regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e tratam o reconhecimento do vínculo empregatício, da inclusão das horas extras e dos feriados trabalhados, dano moral e assédio moral, diferenças salariais e desvio de função.

EXPEDIENTE

Editor Geral - Henrique Barbosa; Editoras Executivas: Leusa Santos e Katarina Cardoso; Coordenação e Edição: Silvia Balach; Edição de Fotografia: Cristina Dias e Rogério França. Textos: Marcela Alves, Priscila dos Santos, Rosália Vasconcelos; Projeto Gráfico: Luciane Souza; Diagramação: Josimar Lins. Tratamento de Imagem: Adilson Ferraz e Cláudio Nunes. Informações: 3425-5848. Para anunciar ligue: 3425-5831 (comercial@folhape.com.br). Edições anteriores: 3425-5899.

FOLHA DE PERNAMBUCO

ANTÔNIO
SALOMÃO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Av. Agamenon Magalhães, 4775
Empresarial Thomas Edison - Salas 1605 / 1610
Ilha do Leite - Recife/PE
CEP 50070-160 - PABX (81) 2125.7585 - Fax: (81) 2125.7584

Exame da OAB

é alvo de polêmica

Recentemente, o subprocurador-geral da República, Rodrigo Janot Barros, emitiu parecer que declara a inconstitucionalidade do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O documento, em nome do Ministério Público Federal (MPF), voltou a colocar em discussão o perfil e a operacionalidade da prova, além da funcionalidade para o mercado e para os novos bacharéis.

Janot julga que a prova cerceia o livre exercício da profissão, já que, na visão dele, os bacharéis saem da faculdade aptos para advogar. "Não se põe em debate a inscrição do bacharel em Direito nos quadros da OAB. Discute-se a constitucionalidade da exigência de submissão e aprovação no exame de ordem para a inscrição nos quadros da OAB", disse no parecer.

De acordo com o presidente da OAB-PE, Henrique Mariano, esta não é a primeira vez que questionam a constitucionalidade do exame. "Mas, como em todas as outras situações, as críticas levadas ao Poder Judiciário foram demutadas. A OAB tem total convicção de que a decisão final do Supremo Tribunal Federal (STF) será de manter o exame".

Mariano ainda comentou que, "com relação à discussão jurídica da constitucionalidade da prova da OAB, nossa posição é clara e objetiva. Afinal, o exame da Ordem existe porque foi instituído pela Lei Federal 8.906 de 1994". "Não há nenhuma possibilidade de o exame ser extinto, pois ele é um instrumento importante de defesa da advocacia e da sociedade".

O presidente da OAB-PE ainda reconheceu que o exame exige aprimoramentos e que críticas construtivas são bem vindas. "Mas nunca vamos aceitar algo que vise extinguir a prova, pois este é um meio de garantir que estão ingressando, no mercado, profissionais com qualificação para prestar um bom serviço", acrescentou.

Para Mariano, a faculdade não forma advogados, mas bacharéis em Direito. E o exame também é uma forma de monitorar a qualidade do ensino. "Só em Pernambuco, temos 32 faculdades de cursos jurídicos. Os estudantes devem entender que fazer o curso não habilita o exercício profissional. Para ser juiz, procurador, é preciso fazer uma prova também", concluiu.

Fotos: Wagner Ramos

CARLOS ALBERTO SOUZA, 40 anos, gerente de Operações



"O exame da OAB é muito importante para a sociedade. Toda função precisa de um critério para avaliar as condições de seus novos profissionais, sobretudo daqueles que lidam diretamente com a vida das pessoas".

NATERCIA GUEDES, 39 anos, professora



"Com uma prova como a da OAB, todos, principalmente as autoridades e entidades de ensino, ficam cientes do nível de formação dos profissionais que estão entrando no mercado de trabalho".

ADRISSON CAMILO, 53 anos, funcionário público



"Eu tive que estudar, fazer uma prova e passar por um estágio de trabalho para ganhar o certificado de meu curso técnico. Por que um advogado não pode estudar para fazer uma prova?".

FERNANDA CAROLINE, 17 anos, estudante



"Por meio de um exame como o da OAB consegue-se saber se o profissional está preparado para seguir a carreira como advogado. Não basta apenas concluir o curso na faculdade. É preciso provar que aprendeu tudo realmente".

ANGÉLICA PATRÍCIA, 20 anos, estudante



"Estudo Enfermagem e sei que vou precisar fazer uma prova no fim do curso. Assim também deve ocorrer com os advogados. Este exame separa os bons estudantes daqueles que passaram pelo curso sem interesse".

DANIEL CALDAS, 32 anos, comerciante



"A prova da OAB é fundamental, um momento de avaliação. Mas, por que isso seja feito com excelência, preciso rever não só o nível da prova, mas a maneira como ela é elaborada e aplicada".



Limongi Sial & Reynaldo Alves
Advocacia e Consultoria Jurídica

SÓCIOS

ERIK LIMONGI SIAL
PEDRO HENRIQUE BRAGA REYNALDO ALVES
ANINA PRISCYLLA LIMA PRADO
CLARISSA FREITAS RODRIGUES DE LIMA
GRACIELE PINHEIRO LINS LIMA
LUIZ PAULO PESSOA GUERRA
PATRICIA SANTA CRUZ DE OLIVEIRA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Adalberto Fúlgo Fátima Poes Barreto
Adriana Veiros Sobral Moreira
Aldivanira Ferreira Alves
Ana Carolina Victor Madeira Lega
Ana Elisabeth Candeira Capazzoli
Anatódios da Cruz Gouveia Neto
Barbara Michelli Barros Lima
Bárbara Peixoto
Camila Otayra Freire Lima de Assunção
Cláudia Barros Cunha
Cláudia Regina Barbo Souto
Daniel Mendes Monteiro
Dabochi Consuelo Maranhão Duarte da Silva
Débora Maria Albuquerque da Cunha
Diego Garibaldi Lopes Freire
Eduardo Gomes Cordeiro
Elaine Patrícia Fonseca dos Anjos
Fabrício Alves de Azeite Marques
Gilmar de Araújo Pimenta
Gleidy Georgea Braga Granjo
Hermann Dantas do Nascimento
Hugo Jordão Ulisses

Isabela Lins de Carvalho Aguiar
Isabella Cristina Soares Pimenta
Kailla Hogueira Ferraz Pereira
Labybe Arianne Antonino Ebrahim Zarzar
Luciana Cecília Pereira
Marcelo Fernandes Leal Oliveira
Mário Agaredda da Silva Amorim
Mário Eduardo Serrano de Freitas
Marília Gabriela Lins de Almeida
Mário Flávio Rodrigues Silva Filho
Mika Soares Neves
Miralla Guimarães Sodaroni
Pamella Carolina P. de Brito Oliveira
Priscilla Barros de Oliveira Falcão
Priscilla Soares Figueiredo Trigueiro Caraca
Raquel Braga Vieira
Raquel Moura de Andrade
Raquel Rocha Vieira
Sergio Alves Longo
Tatyane Novais de Carvalho
Vanessa Ingrid Rodrigues da Silva

ÁREAS DE ATUAÇÃO

- Administrativo
- Ambiental
- Civil e Imobiliário
- Consumidor
- Econômico, Concorrência e Regulatório
- Empresarial e Societário
- Energia, Petróleo e Gás
- Falimentar e Recuperação de Empresas
- Internacional
- Penal-Econômico
- Trabalhista
- Tributário



LIMONGI SIAL & REYNALDO ALVES

SEDE: Rua Cardenal Arcoverde, 127, Graças, Recife/PE - CEP 52011-240 | Fones: 81 3423-8805 | 3423-5482 | 3423-8780 | Fax: 81 3223-497

Recife | Caruaru | Petrolina • www.lsa.adv.br

Advogados

ganham plataforma digital grátis

Andréa Rêgo Barros

Como parte das comemorações voltadas para o Dia do Advogado, 11 de agosto, a agência de inovação Shifti lança no Estado a plataforma de tecnologia profissional Recurso Interativo (RI), um sistema de gerenciamento de processos voltado para o setor jurídico. O objetivo do RI é agrupar, em um software totalmente gratuito, escritórios de advocacia (pessoa jurídica), advogados (pessoas físicas) veteranos e recém-formados, estagiários e estudantes, além dos departamentos jurídicos de empresas, formando uma rede de relacionamentos para acelerar e qualificar a troca de informações em todos os níveis da área do Direito. O acesso à plataforma é feito via web (www.recursointerativo.com.br), sendo necessário que o advogado faça o cadastro para usar o software.

De acordo com um dos desenvolvedores do projeto, Bruno Tibúrcio, hoje, todos os sistemas de gestão existentes são pagos, o que dificulta a acessibilidade, principalmente para aqueles profissionais e escritórios que estão iniciando no mercado de trabalho. "Procuramos detectar todas as necessidades das pessoas envolvidas na comunidade jurídica. E o Recurso Interativo traz um resumo dessas necessidades, através de diversos módulos, como é o caso de um ícone usado para armazenar conteúdos de jurisprudências, modelos de peças e doutrinas", explica Tibúrcio.

Segundo Tadeu Melo, que também integra a equipe desenvolvedora do projeto, uma das maiores dificuldades atuais dos advogados está em pesquisar os conteúdos de jurisprudência e as decisões mais recorrentes ou relevantes para uma matéria específica que interessa àquele profissional, além das novidades da área jurídica. "Procuramos



EQUIPE
desenvolvedora
lança software
para setor
jurídico

pensar em tecnologias de busca capazes de encontrar com rapidez e praticidade a jurisprudência que o advogado está procurando, além de doutrinas, livros e

ACESSO
ao software
necessita
de cadastro
na internet

outros assuntos de seu interesse", afirma Melo.

Além disso, há outros módulos, como o "Perguntas", que tem o objetivo de servir como um trampolim para o profissional "se mostrar" diante do mercado.

"À medida que ele responde as dúvidas, os escritórios saberão se ele é atuante ou não. É uma forma também de estimular a discussão das questões pertinentes à área", completa.

Já o módulo "Guias Jurídicos e de Serviços" pretende facilitar as atividades diárias do advogado, oferecendo informações úteis. De acordo com Bruno Tibúrcio, o Recurso Interativo poderá ser acessado a qualquer hora e lugar, de forma segura. "Outro diferencial é que ele poderá ser usado em lpdas e lphones, tecnologias bastante utilizadas hoje, sobretudo pela geração mais jovem de advogados. Para isso, o 'Guias Jurídicos e de Serviços' terá um aplicativo próprio, e os 'Agenda, Gestão de Processos e Rede de Relacionamentos' formarão outro aplicativo próprio", informa. Além de Tibúrcio e Melo, a equipe que desenvolveu o software é formada por Rafael Castro e Simone Monte.

Projeto tem parceria da OAB-PE

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Pernambuco (OAB-PE), foi a primeira a fechar parceria com a Shifti no intuito de apoiar e ajudar a difundir a plataforma digital "Recurso Interativo" pela comunidade jurídica pernambucana. "A OAB-PE apoia esta iniciativa, sobretudo porque queremos oferecer ao jovem advogado as condições mínimas para se inserir no mercado de trabalho, já que muitos não dispõem de outros sistemas de gerenciamento de processos. Neste software, ele vai ter mais facilidade na aquisição de produtos, poderá se atualizar sobre as jurisprudências, comunicar-se de forma mais eficiente através dos módulos disponíveis, entre outras possibilidades de inserção no mercado. Para os escritórios de advocacia é uma maneira de selecionar melhor os seus profissionais", justifica o advogado, membro da Comissão de Informática do Conselho Federal da OAB, conselheiro seccional da OAB-PE e presidente da Comissão de Informática da OAB-PE, Frederico Duarte.

Mesmo que o Recurso Interativo acabe estabelecendo, primordialmente, um elo mais forte com os jovens advogados - especialmente devido à possibilidade de uso também em lpdas e lphones - Duarte não descarta a importância que terá para os veteranos, sobretudo pela sua mobilidade, permitindo o acesso de qualquer lugar e a qualquer hora. "Eu acredito que, em médio prazo, os advogados veteranos migrem para esta plataforma", aposta o presidente da Comissão de Informática da OAB-PE. No entanto, Frederico Duarte lembra que só os advogados inscritos na OAB e adimplentes terão acesso ao software.

Segundo ele, a perspectiva também é levar o projeto para o Conselho Federal da Ordem, de forma a possibilitar a adesão em outros estados brasileiros, disseminando mais informações e aumentando a rede de relacionamentos da comunidade jurídica brasileira. Frederico Duarte disse ainda que foi cogitada a possibilidade de desenvolver um sistema de integração dos serviços digitais prestados pela seccional pernambucana nos serviços da plataforma. "Mas, por enquanto, está apenas no campo das ideias. Precisamos discutir e definir muitos parâmetros", completa.

Recurso interativo
Visão geral das funcionalidades

<p>Rede de Relacionamento: exclusivamente voltada para a área Jurídica, permite a interação entre estudantes, estagiários e profissionais. Cada profissional terá um perfil contendo informações básicas. Também há áreas de discussão, com comunidades criadas e moderadas pela agência de inovação Shifti</p>	<p>Perguntas: espaço colaborativo de perguntas e respostas. A ideia deste espaço é que, a cada pergunta respondida pelo usuário, ele ganhará uma pontuação, que será destacada em seu perfil. Esses pontos podem servir como um upgrade para o seu currículo profissional elaborado pela plataforma e, futuramente, se converterá em descontos para os produtos e serviços ofertados no ícone "Loja"</p>
<p>Gestão de Processos: para o acompanhamento processual descomplicado e integração com gestão financeira e de clientes. Os advogados inscritos na OAB-PE poderão compartilhar o conteúdo, cujo cadastro será gratuito de 50 a 100 processos</p>	<p>Vagas: recrutamento, seleção e recursos humanos. Neste módulo, o usuário irá informar se é profissional formado ou estudante. Além disso, neste ícone ainda haverá o serviço "Correspondente Jurídico", no qual escritórios e advogados poderão realizar parcerias e contratos com profissionais do setor jurídico de outros estados</p>
<p>Agenda: nela o usuário saberá de eventos voltados para a comunidade Jurídica local e será capaz de compartilhar e convidar outros membros do Recurso Interativo a participar de compromissos e atividades. Esse ícone ajudará também o promotor de eventos na medição da quantidade de participantes das atividades</p>	<p>Guias Jurídicos e Serviços: a proposta é trazer indicações de produtos, serviços, estabelecimentos e profissionais dos mais diversos setores (como contabilidade e gráficas) mais utilizados pela comunidade jurídica local. Também haverá um guia facilitador (semelhante a uma lista telefônica) com todos os órgãos públicos do Estado (juizados, fóruns, delegacias, órgãos e repartições públicas), contendo informações como horário de funcionamento, telefones úteis e endereço. Será integrado ao Google Maps, com indicação de rota a ser seguida</p>
<p>Biblioteca: permite que o usuário envie conteúdo lido na internet, produzido em seu editor de textos ou mesmo digitalizado. Além disso, o usuário também poderá salvar arquivos diversos, imagens, vídeos e aulas virtuais, que poderão ser acessados de qualquer lugar</p>	<p>Loja: serviços baseados na necessidade dos advogados e produtos de interesse da área jurídica. Venderá, inclusive, oferta de cursos online e presenciais</p>
<p>Pesquisas: de notícias, doutrinas, jurisprudências atualizadas de todos os tribunais do País, legislação (Vade Mecum online) e modelos de peças processuais</p>	<p>Ofertas: compras coletivas voltadas para a área jurídica</p>

Arte: Thiago

Hora de escolher área de atuação

Afinidade pessoal e trajetória profissional ajudam na decisão

PALESTRAS para calouros apresentam profissionais de diversas atividades, diz Luciana



Paulo Almeida

ERHARDT: existem propostas de "residência jurídica", mas é preciso regulamentação



Wagner Ramos

Chega uma hora em que o bacharel em Direito precisa escolher. Afinal, são muitas as possibilidades, além da advocacia. Mas, decidida esta atuação, é preciso selecionar a área. E são tantos os ramos do Direito tradicional, sem falar nas novas áreas que começaram a surgir nos últimos 30 anos. Mas há o momento no qual a afinidade pessoal ou a própria trajetória profissional acaba por decidir em qual ramo o profissional vai atuar.

De acordo com a diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Luciana Grassano, os graduandos estão, em grande parte, seguindo a carreira da advocacia privada, em escritórios. "Antes, por conta do histórico da universidade, muitos iam para o Direito Público", comenta. Ainda segundo a diretora, são três as principais vias determinantes para a escolha na área de atuação: inclinação pessoal; influência de algum professor admirado pelo aluno; e vivência em estágios que encaminham o rumo profissional do estudante.

"Durante o estágio, o contato na empresa, com uma determinada área, pode ajudá-los na decisão. É claro que, ao longo do tempo, eles podem trabalhar com diversos assuntos. E é bom que isso aconteça para que esse futuro seja determinado com maior consciência. Nós, na UFPE, realizamos palestras para calouros a fim de apresentar profissionais renomados em diversas atividades do Direito", afirma Grassano.

O desembargador do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, Manoel Erhardt,

também possui um convívio com estudantes e recém-formados em Direito, devido à sua atuação em faculdades e cursos preparatórios. Para ele, a tendência anterior de um profissional generalista acabou cedendo lugar ao especialista. "É normal que haja essa transformação, pela evolução e complexidade do Direito. Então, o estudante, ao conhecer as áreas apresentadas no curso de graduação, deve optar por um estágio na

área que identificou maior afinidade".

No Direito, não existe uma formalidade em relação à escolha da área - como na Medicina, que o aluno passa por uma residência -, mas existem projetos que cogitam essa possibilidade. "De vez em quando surge alguém com essa proposta, uma espécie de 'residência jurídica'. Até a considero válida, mas será necessária uma regulamentação", avalia Erhardt.

Passos para uma boa escolha



Arte: Thiago



REIS & PACHECO

ADVOGADOS

Advocacia Previdenciária

Av. Herculano Bandeira, 581 - Pina - Recife/PE
81 3088-6990



A OAB-PE ACOMPANHA O DESENVOLVIMENTO DA ADVOCACIA DE PERNAMBUCO

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Pernambuco vem trabalhando para que a advocacia esteja diretamente inserida no projeto de crescimento de nosso Estado. Assim, a OAB-PE vem realizando diversas ações de grande importância para todo o segmento jurídico:

- Criação do primeiro curso de pós-graduação em Direito Marítimo e Portuário
- Instalação da Comissão de Direito Marítimo, Portuário e do Petróleo
- Realização de cursos por satélite em todo o Estado
- Implantação da Caravana do Processo Eletrônico
- Instituição da Caravana das Prerrogativas
- Encaminhamento do projeto de construção da nova sede dentro do Pólo Jurídico do Recife

E muitas outras ações que são realizadas diariamente para garantir ao advogado pernambucano o exercício de sua atividade e o seu desenvolvimento profissional.

OAB-PE: Trabalhando sempre em benefício da advocacia pernambucana.

Mais que um órgão de classe

Além de defender as prerrogativas do advogado, a OAB acumula funções junto à população

Muito mais que uma instituição de classe, as funções da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vão além do interesse corporativo dos advogados. A instituição também tem como objetivo preservar o estado democrático de direito, a justiça social, assim como garantir o aperfeiçoamento das instituições jurídicas. Essas atribuições, previstas no artigo 44 da Lei 8906 de 1994, no Estatuto da Advocacia e da OAB, dão o poder e a legitimidade de interferência da Ordem, que acumula atividades plurais.

"A OAB é uma instituição que não se restringe a orientações e opiniões. Ela é totalmente legitimada, pelas próprias constituições Federal e do Estado de Pernambuco, a mover ações diretas de inconstitucionalidade e civil pública quando se trata de um interesse público, que transcende o individual. Além de ser uma entidade de classe, somos uma voz da sociedade", explicou o presidente da OAB Pernambuco, Henrique Mariano, que destacou o trabalho individual de cada advogado no cumprimento dessas prerrogativas.

De acordo com Mariano, a instituição vem dando provas de sua importância e da força já há algum tempo. "A história da OAB se confunde muito com a própria história da República Federativa do Brasil, em função desta efetiva participação em debates de temas de grande relevância nacional. Foi a OAB, por exemplo, a organização que mais lutou pela redemocratização do País, pelo impeachment do ex-presidente Fernando Collor, que exigiu em 1986 uma Assembleia Nacional Constituinte", lembrou o advogado.

Mais recentemente, a OAB Pernambuco moveu uma ação contra o regimento interno da Assembleia Legislativa, alegando a inconstitucionalidade dos artigos que instituem a verba do "auxílio-paletó", e também esteve envolvida na tentativa de solução da crise do Instituto de Medicina Legal (IML), no ano passado. "No mês passado ainda soubemos que o Ministério Público de São Paulo, após receber nossa notícia-crime, ofereceu à Justiça Federal a denúncia de racismo de Maíra Petrócio, que difamou os nordestinos no Twitter, tam-

bém no ano passado", citou Mariano.

"O sentimento que temos é de que as pessoas já conseguiram distinguir a finalidade da OAB, diante da grande demanda que recebemos todos os dias, não só de advogados, como de vários representantes da sociedade", comentou Henrique Mariano. "Sempre somos procurados como uma unidade de referência e de apoio aos interesses da sociedade", acrescentou. Para o presidente da instituição em Pernambuco, a Ouvidoria da OAB, além de outras ferramentas, é o meio de ligação entre a Ordem e a sociedade civil.

Qualquer pessoa pode utilizar o espaço, seja por meio virtual ou presencial, reservado para receber denúncias de má administração, corrupção e outras temáticas de alçada da instituição, que não só recebe e encaminha para as autoridades competentes, como também realiza o acompanhamento dos processos. Para tanto, a instituição dispõe de comissões que atuam em diversas áreas. "Este é o diferencial da OAB: não só analisar como acompanhar cada situação

ENTREVISTA

Henrique Mariano
Presidente da OAB-PE

"Instituição de alcance público"

O senhor considera a OAB como um instrumento restrito aos advogados ou de alcance público?

A OAB sempre teve um alcance que transcende apenas a defesa das prerrogativas dos advogados. A instituição é, sim, de alcance público. Assim como advogados, nós recebemos, todos os dias, demandas de vários representantes de outras entidades de classe, organizações não-governamentais. A OAB tem atividades muito plurais. Ela não tem uma função meramente representativa. Pois a finalidade primordial pode até ser a defesa dos interesses da classe profissional, mas, pelo alcance da lei que institui as diretrizes da organização, ela realmente deve estar sempre atenta e participando de todos os assuntos de interesse da sociedade civil.

O senhor acredita que a sociedade usufrui com propriedade dos serviços da Ordem?

Existe, sim, um reconhecimento da importância da OAB por parte da sociedade. É visível e claro como as pessoas percebem a OAB como uma instituição nacional ainda merecedora de confiança. Se assim não o fosse, não receberíamos tantas demandas diárias dos mais variados segmentos. A sensação que temos é de que a OAB é vista como uma referência, por ser autônoma, independente e não manter nenhuma vinculação política e partidária, apesar de não nos esquivarmos de participar de debates acerca de temas políticos e partidários. Nossa bandeira não é de partido algum, mas da cidadania.

Em tempos nos quais assistimos à banalização da corrupção, como o senhor analisa a manutenção dessa confiança da sociedade na OAB?

Isso nos deixa muito satisfeitos. Este respeito da sociedade dispensado à OAB, na verdade, é o reconhecimento do nosso trabalho. Pois, apesar do descrédito na política partidária, ratificada com exemplos diários aos quais assistimos, as pessoas veem na OAB uma instituição acima dos interesses individuais. Este é o nosso diferencial: ser suprapartidário, ser autônomo. O projeto "Vote Limpo", que desenvolvemos junto com a Arquidiocese de Olinda e Recife à época das últimas eleições, fala muito sobre o nosso posicionamento. Na ocasião, montamos uma cartilha com o objetivo de conscientizar o eleitor pernambucano do valor do voto limpo.

Como o senhor acredita que a sociedade pode interagir mais com o trabalho promovido pela OAB?

Atualmente a OAB dispõe de toda uma estrutura de comunicação que facilita muito e garante essa interação entre a instituição e a sociedade civil. Temos o nosso site (www.oabpe.org.br), que não é voltado só para o advogado, qualquer pessoa pode utilizá-lo. Também é possível se informar sobre as nossas notícias e as atividades que desenvolvemos por meio das redes sociais. No Twitter (@OABPernambuco), por exemplo, é possível acompanhar o que o presidente faz. Todo cidadão tem acesso à OAB. Este estímulo é algo constante da nossa parte, sobretudo hoje em dia, com a facilidade e a variedade dos instrumentos de comunicação que surgem com frequência.

É possível a OAB interagir mais com a sociedade?

Este trabalho é promovido diária e constantemente pela OAB Pernambuco no momento em que a sociedade nos procura com alguma demanda. Nós promovemos ações voltadas para o advogado em si. Mas a atuação da OAB transcende os interesses meramente corporativos. O seminário que promovemos sobre a reforma política, por exemplo, contou com a presença de vários profissionais que não eram necessaria-

Desde o início de 2010 à frente da representação em Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE), o advogado Henrique Mariano assumiu o compromisso principal de garantir a defesa das prerrogativas da classe, mas também de se posicionar frente às questões de interesse da sociedade. No Dia do Advogado, Mariano sai do lugar comum, explana sobre a profissão de maneira diferenciada e não só responde às dúvidas da categoria como da sociedade civil. Neste espaço, o presidente da OAB-PE destaca a pluralidade das atribuições da instituição como também a boa relação mantida com a sociedade civil. O advogado ainda discursa um pouco sobre os desafios com os quais se depara à frente da instituição, as melhorias que vem implementando para todos e as metas que pretende realizar até o fim da gestão, em 2012.



"ORDEM dispõe de estrutura de comunicação que garante interação com sociedade", diz Mariano

mente advogados. As audiências públicas que promovemos também são abertas para o público em geral. Na OAB não há nada de secreto e fechado. Pelo contrário. A maioria das atividades pode contar com a participação de todos.

Como o senhor avalia sua gestão no sentido de melhorar a interação entre a OAB e a sociedade civil?

Vejo esta gestão atuando de uma maneira bastante positiva, pois hoje eu represento e lidero um grupo que, desde o mandato anterior, vem implementando e trabalhando numa

“ESTE É O NOSSO diferencial: ser suprapartidário, ser autônomo”

série de mudanças no perfil da OAB. Nós não só estamos resgatando a importância da instituição junto à sociedade pernambucana, como passamos a defender com maior eficiência os interesses dos advogados e tomamos uma postura mais proativa nos mais recentes debates de temas de interesse da sociedade. Passamos a ser uma instituição que presta serviço tanto aos profissionais como à população.

Que ações proporcionaram essas mudanças?

Nós ampliamos o "Recorte Digital", que remete gratuitamente ao advogado as intimações judiciais dos processos nos quais ele atua. Disponibilizamos um plano de saúde e odontológico para o advogado e também ampliamos e interiorizamos a caravana de Processo Eletrônico, que introduziu nos advogados a cultura do processo digital, que já é uma realidade. Também fortalecemos e ampliamos um programa de pós-graduação e capacitação voltado à qualificação e aper-

feiçoamento do profissional. Sem contar as intervenções sociais e as audiências públicas que promovemos ao longo desses últimos anos.

Ainda existe mais para ser feito?

Essa busca pela renovação é constante. Estamos formatando um novo programa, que será um grande ambiente virtual tanto para os advogados como para os acadêmicos, onde eles poderão fazer consultas e ter acesso às atividades da OAB. Também lançaremos um curso de educação continuada à distância, telepresencial, de especialização, e a caravana das prerrogativas do advogado, que irá promover, nas 24 subseccionais do Estado, diversas palestras sobre os direitos inerentes aos profissionais, mas que também visam coletar informações que possam gerar denúncia de violação dessas prerrogativas.

Quais os principais desafios da gestão?

O maior desafio é viabilizar a construção da nova sede da OAB-PE. O Conselho Federal da OAB já garantiu o aporte financeiro necessário à construção da nova sede, que representa um pleito antigo da entidade e uma real necessidade para a advocacia pernambucana. Já realizamos vários entendimentos com o prefeito João da Costa a fim de o município do Recife transferir a posse do terreno localizado na área do entorno do Fórum do Recife, contemplado com o projeto denominado Polo Jurídico. A OAB-PE conta com total apoio da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura, comandada pelo secretário Claudio Ferreira. Estamos aguardando unicamente a Prefeitura disponibilizar o terreno no Joana Bezerra.

Diante de todas essas atividades, como o senhor acredita que sua gestão será lembrada?

Eu acredito que estamos trabalhando para que, até o fim desta gestão, fiquemos marcados como uma administração democrática, que tenha, efetivamente, atendido tanto às expectativas dos advogados como da sociedade civil como um todo. Esperamos que cheguemos ao fim desta gestão com um balanço bastante positivo, de uma gestão que soube não só atender às demandas da categoria como avançar na inovação de serviços fundamentais para o advogado exercer suas atividades com decência, e que também soube se manter atenta com os anseios da sociedade civil.

Wagner Ramos

Órgãos

garantem direitos

Exigir o cumprimento dos direitos que lhe são garantidos é prerrogativa de qualquer cidadão. Procurar os meios judiciais, muitas vezes, é a única alternativa. Para tanto, os órgãos representativos da sociedade civil ficam à disposição dos cidadãos não só para representá-los, como para solucionar casos, esclarecer dúvidas e, sobretudo, orientar a população carente de informação.

Acionar o Poder Judiciário, no entanto, não se restringe a uma atividade mecânica ou a uma questão de defesa dos direitos. Trata-se de uma prática de cidadania. É importante, portanto, que os cidadãos

estejam cientes de que cada órgão tem suas atribuições e de que eles atendem a demandas específicas. Mais que isso, é preciso saber as diferenças entre eles e como utilizá-los corretamente.

Nesta edição comemorativa do Dia do Advogado, a **Folha de Pernambuco** traz um serviço básico sobre os principais órgãos representativos da população no Estado - Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor (Procon), Ministério Público, Juizados Especiais e Defensoria Pública. Abaixo, o leitor pode se inteirar um pouco mais sobre a função dessas instituições e saber a quem recorrer caso precise.

Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor de Pernambuco (Procon-PE)

O que é

Órgão de defesa do consumidor, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do Estado (SEDSO), que orienta os consumidores, registra reclamações, informa sobre direitos e fiscaliza as relações de consumo. Para tanto, conta com o apoio de um grupo técnico multidisciplinar que desenvolve atividades nas mais diversas áreas de atuação.

Quais demandas atende

Como funciona como um órgão auxiliar do Poder Judiciário, o Procon-PE tenta solucionar previamente os conflitos entre o consumidor e a empresa que vende um produto ou presta um serviço. Quando não há acordo, o fornecedor é penalizado através de processo administrativo.

Que serviços presta

O Procon-PE recebe e processa reclamações individuais e coletivas, contra fornecedores de bens ou serviços. Também orienta aos consumidores e fornecedores sobre seus direitos e suas obrigações nas relações de consumo, fiscaliza o mercado, acompanha e propõe ações judiciais coletivas. Também é papel do órgão fazer pesquisas técnicas qualitativas e quantitativas na área de defesa do consumidor e dar suporte técnico à implantação do Procon Municipal conveniados, além de disponibilizar ouvidoria para o recebimento de críticas e sugestões em relação aos serviços prestados.

Serviço

Sede do Procon-PE
Endereço: avenida Conde da Boa Vista, 1410, 7º andar - Boa Vista
Funcionamento: das 8h às 12h, de segunda à sexta-feira
Tels.: 0800-2821512 / 3181-7000
Site: www.procon.pe.gov.br

Ministério Público (MP)

O que é

Uma instituição autônoma e independente, responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais, coletivos e individuais. Ao contrário do que muitos imaginam, o Ministério Público não faz parte e nem está subordinado aos poderes Executivo, Legislativo nem tampouco ao Judiciário. O MP, na verdade, atua como um fiscal da lei e defensor da democracia. Desta maneira, o órgão atua como um regulador, para que todos respeitem e cumpram as leis.

Quais demandas atende

O raio de atuação do Ministério Público alcança desde os direitos dos idosos e das pessoas com deficiência à questão agrária ou, até mesmo, intervenções em separações e reconhecimento de paternidade.

Que serviços presta

Cabe exclusivamente ao Ministério Público ingressar com ações penais públicas. A instituição pode ainda requisitar diligências investigatórias e instaurar inquéritos policiais. O controle externo da atividade policial também é atribuição do órgão. O Ministério Público ainda atua na promoção de medidas necessárias à garantia de serviços de relevância pública, na promoção da ação civil pública e na instauração do inquérito civil. É o MP também que promove a ação direta de inconstitucionalidade com o objetivo de questionar leis ou atos normativos que contrariam a Constituição.

Serviço

Sede das Promotorias da Capital
Endereço: avenida Visconde de Suassuna, 99 - Santo Amaro
Funcionamento: das 8h às 18h, de segunda à sexta-feira
Tel.: 3182-7000
Site: www.mp.pe.gov.br

Defensoria Pública do Estado de Pernambuco

O que é

Garante os direitos do cidadão que não tem recursos para pagar pelos serviços de um advogado. Junto com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, a Defensoria Pública forma o tripé da prestação jurisdicional. O órgão, instalado mediante a Lei Complementar Estadual 20 de 9 de junho de 1998 e regulamentada por meio do Decreto Estadual 26.127 de 17 de novembro de 2003, é dividido em vários núcleos, de acordo com o tipo de ação ou região.

Quais demandas atende

É incumbida de prestar orientação jurídica, jurisdicional e extrajudicial, gratuita, àqueles que comprovarem insuficiência de recursos. Por isso, seus atendimentos abrangem todas as áreas do direito.

Que serviços presta

Tem por finalidade promover a defesa dos interesses pessoais, sociais e patrimoniais das pessoas pobres, além de patrocinar a ação penal privada e a subsidiária da pública. Também é atribuição da Defensoria Pública atuar como curador especial, exercer a defesa da criança e do adolescente e atuar junto aos estabelecimentos policiais, penitenciários, juizados especiais cíveis e criminais.

Serviço

Sede da Defensoria Pública
Endereço: rua Marquês do Amorim, 127 - Boa Vista
Funcionamento: das 8h às 18h, de segunda à sexta-feira
Tel.: 3182-3700
Site: www.defensoria.pe.gov.br

Juizados Especiais

O que são

Órgãos do Poder Judiciário instituídos e disciplinados pela Lei Federal 9.099, em vigor desde 26 de setembro de 1995. Os Juizados Especiais são acessíveis a todos os cidadãos maiores de 18 anos, gratuitamente, além de terem um rito mais célere, pois primam pela objetividade e não exigem as mesmas formalidades da Justiça Comum. Pernambuco conta com 25 juizados cíveis e das relações de consumo, sendo um deles o Juizado Cível do Idoso na Capital.

Quais demandas atendem

Os Juizados Especiais foram criados para atender causas com menor complexidade e com valor limitado até 40 salários mínimos.

Que serviços prestam

Aos juizados cíveis e das relações de consumo cabe a cobrança de dívidas em geral, taxa condominial, despejo por falta de conhecimento, acidentes de trânsito, relações de vizinhança, substituição de produtos por outros da mesma espécie, restituição de quantia paga, entre outros. O Juizado do Idoso é responsável por conciliar, processar e julgar causas onde figurem como autor ou vítima pessoas com idade igual ou superior a 60 anos nas causas cíveis de menor complexidade civil e nas infrações penais de menor potencial ofensivo. A competência dos juizados especiais criminais é julgar as infrações de menor potencial ofensivo. São consideradas infrações desta tipo as contravenções penais e os crimes com pena máxima não superior a dois anos, ou sob a forma de multa. Já o Juizado do Torcedor tem competência para processar e julgar as causas cíveis e criminais também de menor complexidade de menor potencial ofensivo, decorrentes dos conflitos durante as atividades desportivas de grande porte, ocorridos no início ou no término dos jogos, até o raio de cinco quilômetros do local de realização.

Serviço

Coordenadoria dos Juizados Especiais
Endereço: avenida Martins de Barros, 593, 4º andar - Santo Antônio
Funcionamento: das 7h às 13h e das 13h às 19h, de segunda à sexta-feira
Tels.: 3419-3676 / 3419-3650
Site: www.tjpe.jus.br/juizadosesp

Giovanini
Barbosa
advocacia e consultoria trabalhista

Av. João de Barros, 434, sl. 305
Soledade, Recife - PE | CEP 50050-180
Fone: 81 3221.5414 | Cel.: 81 9948.6797
barbosa.advogado@gmail.com

VESTIBULAR 2012

sopece
SECRETARIA PERMANENTE DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CARIÁTIPO E DESENVOLVIMENTO

CURSOS RECONHECIDOS PELO MEC

**DIREITO
ADMINISTRAÇÃO
CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

23
ANOS

DE TRADIÇÃO
E EXPERIÊNCIA.

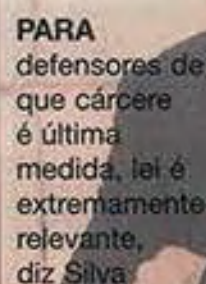
INSCRIÇÕES ABERTAS A PARTIR DE OUTUBRO.

SEU FUTURO PROFISSIONAL COMEÇA AQUI!

Av. João de Barros, 561 | Boa Vista | Recife/PE
Fones: 81 3221 4423 - 3421 4100 ou pelo site: www.sopece.br

Nova legislação,
em vigor desde
o mês passado,
possui itens
considerados
polêmicos

"Para os defensores de que o cárcere deve ser a última medida, a lei é extremamente relevante, uma vez que traz outras alternativas de penalidades. Para outros é maléfica, com o argumento que pode haver um aumento da impunidade no País, pois somente ficará preso quem cometer crimes graves, como homicídio qualificado, estupro, tráfico de entorpecentes e latrocínio. E podem ficar soltos acusados de cometer crimes como tentativa de homicídio, infanticídio, aborto provocado por terceiro, lesão corporal seguida de morte, furto qualificado e crimes ambientais, entre outros", avalia o professor Richardson Silva.



Roberta Melo Fernandes



cmp
ADVOCADOS